

DOI: 10.35643/Info.31.1.14

Dossier: Participación ciudadana y tecnologías digitales

**Processos participativos, comunidades digitais e inclusão:
hipóteses sobre o Brasil Participativo**

**Procesos participativos, comunidades digitales e inclusión: hipótesis sobre el
Brasil Participativo**

**Participatory processes, digital communities and inclusion: hypotheses about
Brasil Participativo**

Henrique Parra Parra Filho^a Escrita e revisão. ORCID: [0009-0005-9111-8374](https://orcid.org/0009-0005-9111-8374)

Laila Bellix^a Conceitualização, escrita e revisão. ORCID: [0000-0003-2345-3558](https://orcid.org/0000-0003-2345-3558)

Ricardo Poppi^a Conceitualização, escrita e revisão. ORCID: [0009-0003-4591-5386](https://orcid.org/0009-0003-4591-5386)

^aUniversidade de Brasília, Brasil. Correos electrónicos: henrique.parra@hotmail.com, llbellix@gmail.com, ricabras@gmail.com

Resumo

As tecnologias digitais ocupam hoje um lugar central nos debates sobre democracia, ação coletiva e inclusão política. Sua incorporação aos processos participativos têm reconfigurado práticas de engajamento e tensionado modelos tradicionais de relação entre Estado e sociedade. Nesse contexto, decisões de desenho institucional e tecnológico tornam-se centrais para definir quem participa, como participa e com que efeitos políticos, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades sociais e digitais.

A partir desse enquadramento, o artigo investiga como processos participativos digitais podem fomentar comunidades digitais, fortalecer capacidades organizativas e incluir grupos historicamente excluídos. O caso analisado é da plataforma do governo federal brasileiro, o Brasil Participativo, uma das maiores experiências de participação digital.

Com base em uma abordagem qualitativa, a pesquisa demonstra que nos casos observados, embora estruturada como individual, a dinâmica efetiva do

engajamento é predominantemente coletiva. No campo da inclusão, o estudo identifica a atuação direta de coletivos historicamente excluídos, a mediação de grupos intermediários e propostas de caráter programático inclusivo.

A principal inovação do artigo reside em analisar o Brasil Participativo como catalisador de *commoning* social, evidenciando impactos na aprendizagem política, no fortalecimento de capacidades organizativas e na formação, ainda que temporária, de comunidades políticas digitais.

Palavras-chaves: PARTICIPAÇÃO DIGITAL; BRASIL PARTICIPATIVO; COMUNIDADES DIGITAIS; PROCESSOS PARTICIPATIVOS; INCLUSÃO.

Resumen

Las tecnologías digitales ocupan hoy un lugar central en los debates sobre democracia, acción colectiva e inclusión política. Su incorporación a los procesos participativos ha transformado las prácticas de involucramiento y ha alterado los modelos tradicionales de relación entre el Estado y la sociedad. En este contexto, las decisiones sobre el diseño institucional y tecnológico son fundamentales para determinar quién participa, cómo y con qué efectos políticos, sobre todo en sociedades marcadas por las desigualdades sociales y digitales.

Desde esta perspectiva, el artículo examina cómo los procesos participativos digitales pueden fomentar comunidades digitales, fortalecer las capacidades organizativas e incluir a grupos históricamente excluidos. El caso empírico analizado es Brasil Participativo, plataforma del gobierno federal brasileño y una de las mayores experiencias de participación digital.

A partir de un enfoque cualitativo, la investigación demuestra que en los casos observados, aunque la participación está formalmente estructurada como una acción individual, la dinámica efectiva del involucramiento es predominantemente colectiva. En el campo de la inclusión, el estudio identifica la acción directa de colectivos históricamente excluidos, la mediación de grupos intermediarios y propuestas de carácter programático inclusivo.

La principal innovación del artículo radica en analizar Brasil Participativo como catalizador de *commoning* social, evidenciando impactos en el aprendizaje político, el fortalecimiento de capacidades organizativas y la formación, aunque temporal, de comunidades políticas digitales.

Palabras clave: PARTICIPACIÓN DIGITAL; BRASIL PARTICIPATIVO; COMUNIDADES DIGITALES; PROCESOS PARTICIPATIVOS; INCLUSIÓN.

Abstract

Digital technologies now play a key role in discussions about democracy, collective action and political inclusion. Their incorporation into participatory processes has transformed engagement practices and challenged traditional models of interaction between the state and society. In this context, decisions regarding institutional and technological design become crucial in determining who participates, how they

participate, and the resulting political effects, particularly in societies characterised by social and digital inequalities.

From this perspective, the article examines how digital participatory processes can foster digital communities, strengthen organisational capacities, and include historically marginalised groups. The empirical case analysed is Brasil Participativo, a Brazilian federal government platform and one of the largest digital participation initiatives to date.

Using a qualitative approach, the study reveals that in observed cases, although participation is formally structured as individual action, the actual dynamics of engagement are predominantly collective. In terms of inclusion, the analysis identifies direct action by historically excluded collectives, mediation by intermediary groups, and proposals with an inclusive programme orientation.

The article's main innovation lies in analysing Brasil Participativo as a catalyst for social commoning, and in highlighting its impact on political learning, organisational capacity building, and the formation of digital political communities, albeit temporarily.

Keywords: DIGITAL PARTICIPATION; BRASIL PARTICIPATIVO; DIGITAL COMMUNITIES; PARTICIPATORY PROCESSES; INCLUSION.

Fecha de recibido: 31/12/2025

Fecha de aceptado: 05/05/2026

Introdução

Nas últimas décadas, as tecnologias digitais passaram a ocupar um lugar central nos debates sobre democracia, participação e políticas públicas. Diferentes processos de *policymaking* vêm sendo progressivamente reconfigurados pela incorporação de tecnologias capazes de ampliar a circulação de informações, acelerar processos decisórios, viabilizar mecanismos de feedback e criar novas possibilidades de interação entre Estado e sociedade (Janssen & Helbig apud Coelho, Cunha & Pozzebon, 2022). Nesse contexto, a internet tem sido compreendida como uma infraestrutura que possibilita níveis inéditos de comunicação política entre governos e cidadãos, tensionando modelos tradicionais de representação e participação (*idem*).

Para além dos efeitos sobre os arranjos institucionais, as tecnologias digitais também incidem sobre dimensões mais profundas da cultura política. As consequências da adoção dessas tecnologias podem ser vistas nas transformações nas fronteiras entre público e privado, nas formas de engajamento político e nas próprias concepções de democracia, ultrapassando os marcos estritamente institucionais da política, como a gestão pública, os conflitos entre interesses públicos e privados ou a mobilização formal da sociedade civil (Bennett & Livingston, 2025; Theocharis et al., 2023).

Nesse cenário, as ferramentas digitais são frequentemente mobilizadas como instrumentos capazes de aproximar a população dos tomadores de decisão, reduzir distâncias entre representantes e representados e diminuir os custos da participação política, ao facilitar o acesso à informação e criar canais mais diretos de interação (Coelho, Cunha & Pozzebon, 2022). É a partir dessa perspectiva que se intensificam os debates e as experiências de participação institucional digital, especialmente no âmbito estatal, orientadas a fortalecer a legitimidade democrática, ampliar a escala da participação e aumentar sua capacidade de incidência sobre as decisões públicas.

De modo complementar ao debate institucional, observa-se a emergência de fenômenos que sinalizam mudanças significativas nos repertórios de ação política contemporâneos. Entre eles, destacam-se o uso intensivo de ferramentas digitais de comunicação, a centralidade da biografia pessoal como motivação para o engajamento, o adensamento de vínculos de amizade e confiança e a valorização da horizontalidade como princípio organizativo das ações coletivas (Lima Neto, 2025).

Essas transformações estão associadas ao conceito de ativismo digital, entendido como o conjunto de práticas desenvolvidas por indivíduos e/ou coletivos que buscam atuar em causas contenciosas por meio da apropriação e, em alguns casos, da transformação das tecnologias digitais (von Bülow, Gobbi & Dias, 2022). Essa abordagem enfatiza a capacidade de agência dos atores, ao mesmo tempo em que reconhece que tal agência se manifesta em interação constante com infraestruturas digitais, dados, códigos e algoritmos, sobre os quais os participantes exercem controle limitado.

No contexto brasileiro, esse debate assume contornos específicos. Desde a redemocratização, as transformações nas relações entre Estado e sociedade têm conformado uma esfera pública marcada, simultaneamente, pela ampliação das demandas por direitos (Paiva apud Lima Neto, 2025) e pela diversificação das formas de participação política, criando um terreno fértil para a articulação entre participação institucional, ativismo digital e novas formas de ação coletiva.

É nesse arcabouço que se insere o presente estudo cuja análise se concentra nos processos de participação digital do Brasil Participativo, plataforma nacional de participação digital desenvolvida a partir do software livre *Decidim*. Originalmente criado pelo município de Barcelona, o *Decidim* emergiu como uma infraestrutura digital orientada à coordenação de múltiplos mecanismos participativos, consultas, assembleias, iniciativas e processos deliberativos e foi concebido desde sua origem como um projeto aberto, modular e reutilizável. Sua evolução como comum digital permitiu que diferentes governos e organizações adaptassem o software a contextos institucionais diversos, ampliando suas funcionalidades e escalabilidade (OPEN FUTURE FOUNDATION, 2024).

No Brasil, a adoção do *Decidim* pelo governo federal resultou na criação do Brasil Participativo. Desenvolvido em 2023, após um período marcado por profundos retrocessos democráticos, o Brasil Participativo [\[1\]](#) surge como parte do esforço de reconstrução da participação social no âmbito federal (Aguiar et al, 2024). Nos anos anteriores, a participação sofreu um processo sistemático de esvaziamento institucional, com o desmonte de conselhos e outras instâncias participativas já consolidadas, comprometendo canais históricos de diálogo entre Estado e sociedade (Bezerra et al., 2024). Nesse contexto, o Brasil Participativo representa uma inflexão relevante, ao combinar a retomada política da agenda participativa com o uso de infraestruturas digitais em larga escala, buscando ampliar o alcance, a capilaridade e a transparência dos processos decisórios.

O Brasil Participativo foi utilizado em processos institucionais de grande escala, como o Planejamento Plurianual Participativo (PPA Participativo), o Plano Clima e o Plano Nacional de Cultura. Esses processos mobilizaram milhões de participantes e posicionaram o Brasil como um dos casos mais expressivos de participação digital institucional no cenário internacional recente.

Este artigo se orienta pelas seguintes perguntas: em que medida os processos participativos institucionais do Brasil Participativo contribuem para o fortalecimento de laços coletivos e para a inclusão de grupos historicamente excluídos? Seriam esses processos capazes de fomentar a mobilização coletiva, a formação de comunidades digitais e o desenvolvimento de capacidades organizativas? E, ao mesmo tempo, em que condições conseguem ampliar o acesso de grupos que historicamente estiveram à margem das estruturas institucionais de participação e poder?

Parte-se da hipótese de que plataformas institucionais de participação podem produzir efeitos que vão além da consulta pontual e do engajamento individualizado, incidindo também sobre dinâmicas organizativas, vínculos coletivos e repertórios de ação frequentemente associados ao ativismo digital (von Bülow, Gobbi & Dias, 2022). Essa incidência coletiva depende substancialmente de fatores como a mediação e o desenho institucional e sociotécnico, os quais moldam objetivamente os caminhos de engajamento, a redução de fricções e as condições de acesso à plataforma (Hale et al., 2018; Schulz & Newig, 2015).

Neste artigo, o conceito de comunidades digitais é compreendido de maneira relacional e processual (Deslandes, 2018), afastando-se tanto de definições substantivas baseadas em pertencimento estável quanto de leituras que as reduzem a agregados efêmeros de indivíduos conectados por interações ocasionais, pautadas exclusivamente em uma "ação conectiva" individualizada (Bennett & Segerberg, 2012). Entende-se comunidades digitais como configurações sociopolíticas formadas por atores que, a partir de vínculos predominantemente mediados por tecnologias digitais, compartilham causas, repertórios interpretativos e práticas de mobilização. Essas comunidades não se definem pela permanência ou institucionalização formal, mas pela capacidade de articular ações coletivas e sustentar processos de engajamento mediante a combinação tática de laços fracos para difusão (Granovetter, 1983) com o adensamento de laços fortes (Bruggeman, 2016; Aral & van Alstyne, 2011), muitas vezes orquestrados por uma liderança fluida e distribuída, a *soft leadership* (Gerbaudo, 2012).

Dessa forma, o presente artigo argumenta que os processos participativos digitais devem ser analisados não apenas como instrumentos de consulta ou canais de

comunicação unidirecionais, mas como sistemas híbridos (Chadwick, 2007, 2013; Waisbord, 2023) e arenas sociotécnicas capazes de reconfigurar relações entre Estado, sociedade e ação coletiva. A participação cidadã operada nessas interfaces aproxima-se da lógica de provedores de infraestrutura pública digital, permitindo a emergência do *commoning* social: a catalisação de articulações civis, da aprendizagem e de capacidades organizativas (Krewer & Warso, 2024).

Portanto, a relevância do Brasil Participativo, aqui situado no contexto recente de retomada das infraestruturas de participação a partir do PPA Federal 2024-2027 (Bezerra et al., 2024; Bezerra & Fonseca, 2024; Jardim, 2024), reside, para além da sua escala, em sua capacidade de revelar como as escolhas de desenho institucional e tecnológico moldam padrões de engajamento, inclusão e organização política no ambiente digital contemporâneo.

Revisão da literatura

Para compreender as dinâmicas participativas contemporâneas, é necessário superar visões dicotômicas que separam estritamente o ambiente online do offline. A literatura recente demonstra que a própria ação coletiva e os repertórios de mobilização operam em um sistema híbrido de comunicação. Autores como Chadwick (2007, 2013) e Waisbord (2023) argumentam que a atuação política transita e se interliga constantemente entre arenas físicas e digitais.

Nesse contexto, o engajamento em plataformas cívicas deve ser lido sob a ótica do "ativismo digital", conceituado como o conjunto de ações individuais ou coletivas orientadas a promover causas políticas mediante a apropriação e a transformação das tecnologias digitais (von Bülow, Gobbi & Dias, 2022). Essa conceituação teórica orienta o desenho desta pesquisa ao evidenciar que a participação institucional digital não é apenas a transferência de procedimentos analógicos para a internet, mas um espaço contencioso e de mobilização de dados e narrativas que reconfigura os padrões de interação entre Estado e sociedade.

Para operacionalizar a investigação sobre a dimensão coletiva deste estudo, adota-se a definição relacional e processual de comunidades digitais proposta por Deslandes (2018). Afastando-se de definições substantivas atreladas a pertencimentos estáveis, entende-se comunidades digitais como configurações sociopolíticas estruturadas por vínculos mediados por tecnologia, nas quais os atores articulam ações coletivas e produzem sentidos compartilhados, muitas vezes de modo intermitente.

Parte da literatura tradicional sobre protestos e internet argumentava que a rede produzia um efeito eminentemente individualizante, consubstanciado na lógica da "ação conectiva" (Bennett & Segerberg, 2012) e viabilizado primordialmente por uma organização sem formalidades rígidas, ancorada na fluidez dos laços fracos. No entanto, estudos sociológicos e de análise de redes tensionam essa visão ao demonstrarem que ações políticas duradouras exigem estruturas mais densas. Granovetter (1983) estabeleceu o referencial clássico da utilidade dos "laços fracos" para a difusão ampla de informações. Contudo, conforme evidenciam Bruggeman (2016) e Aral e van Alstyne (2011), as mobilizações digitais bem-sucedidas dependem simultaneamente da construção de "laços fortes" para a sustentação de estratégias contínuas, coordenação complexa de tarefas e reciprocidade.

Além disso, longe da visão de ausência total de lideranças virtuais, as mobilizações em ambientes digitais dependem da formação e do fortalecimento de organizações focais. Gerbaudo (2012) denomina esse fenômeno de *soft leadership* (liderança fluida), exercida por organizadores centrais que frequentemente permanecem invisíveis, mas desempenham o papel vital de distribuir interpretações coletivas e garantir a coesão do engajamento. Estes indicadores qualitativos (presença de laços mistos e centralidade organizativa prévia) fundamentam a busca por evidências coletivas em jornadas operadas apenas formalmente de modo individual.

A conversão da interação digital em efetiva incidência democrática não decorre de forma isenta das plataformas. As escolhas de desenho institucional e sociotécnico influenciam decisivamente quem participa e qual nível de engajamento será exigido. Pesquisas demonstram que arquiteturas digitais com menor fricção e caminhos de ação objetivamente simplificados tendem a massificar a inclusão e a

adesão, viabilizando processos engajadores amplos e diversificados (Hale et al., 2018; Schulz & Newig, 2015).

Por fim, no que concerne às infraestruturas participativas governamentais, mobiliza-se o conceito contemporâneo de comuns digitais, propostos por Krewer e Warsø (2024) como arranjos abertos provedores de infraestrutura pública digital. Esses comuns caracterizam-se fundamentalmente por serem baseados em recursos digitais não rivais e geridos coletivamente por grupos que coordenam suas ações por meio da colaboração entre pares, superando as lógicas tradicionais de precificação do mercado corporativo ou de estrita subordinação hierárquica burocrática.

Embora o Estado costume manter a centralidade da governança da tecnologia, motivado pela necessidade de garantir o cumprimento de regulações do serviço, além do financiamento contínuo, a literatura aponta que a interação entre a administração pública (estruturalmente hierárquica) e as comunidades (horizontalizadas e autogeridas) produz formas institucionais híbridas de "comunização" de bens públicos. Essa convivência por um lado produz oportunidades de colaboração das comunidades com o Estado, também gera atritos e risco de "estatização", no qual a influência e as obrigações estatais podem ameaçar a flexibilidade e a autonomia típica dos comuns.

Apesar dessa tensão institucional, o processo de participação cívica possibilita o fenômeno do *commoning* social: a catalisação de dinâmicas de articulação civil e a formação de infraestruturas locais. Ao atuarem nessas plataformas, as comunidades experimentam uma aprendizagem coletiva fundamental para neutralizar a dependência exclusiva do conhecimento tecnocrático privado ao mesmo tempo abrindo um caminho de colaboração com o Estado. Consequentemente, mesmo sob a tutela tecnológica do Estado, os participantes desenvolvem capacidades organizativas independentes, produzindo valores sociais que ultrapassam os benefícios imediatos e individuais do uso dessas ferramentas institucionais.

Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar em que medida e sob quais condições os processos participativos contribuem, simultaneamente, para a formação e fortalecimento de comunidades e para a inclusão de grupos historicamente excluídos nas arenas institucionais de participação.

De forma específica, a pesquisa busca:

(i) analisar como os processos participativos digitais mobilizam atores individuais e coletivos, contribuindo para a formação, ativação ou fortalecimento de comunidades, a partir de evidências provenientes das entrevistas e da observação participante;

(ii) examinar em que medida a inclusão de grupos historicamente excluídos ocorre nesses processos e como ela se articula ou não com dinâmicas coletivas e comunitárias, com base na análise das entrevistas e de documentos institucionais;

(iii) identificar limites e tensões na relação entre inclusão e formação de comunidades, considerando tanto o desenho institucional dos processos quanto as práticas efetivas de mobilização e participação.

Para tanto, o objeto de estudo dessa análise reside nos processos digitais do **Brasil Participativo**, compreendida como uma infraestrutura sociotécnica que organiza processos institucionais de participação digital do governo federal brasileiro. Parte-se da hipótese de que esses processos extrapolam as funcionalidades de coleta de contribuições, mas sim atuam como dispositivos que influenciam formas de organização coletiva e dinâmicas de inclusão e exclusão no espaço público.

Ao articular as dimensões anteriormente citadas, o artigo busca compreender a relação entre inclusão e comunidade como dinâmicas interdependentes, contribuindo para o debate sobre os efeitos sociopolíticos das plataformas de participação digital no contexto brasileiro.

Metodologia

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, combinando diferentes técnicas de pesquisa com o objetivo de captar tanto as dinâmicas institucionais dos processos participativos digitais quanto as experiências, percepções e estratégias dos atores envolvidos.

No que se refere à definição da amostra, a pesquisa adotou uma estratégia de amostragem intencional, orientada pela relevância analítica dos casos. Foram selecionados três processos participativos institucionais, o PPA Participativo, o Plano Nacional de Cultura e o Plano Clima, por se configurarem como as experiências de maior escala no período de realização da pesquisa, tanto em volume de participação quanto em intensidade de mobilização. Além disso, tratam-se de processos comparáveis do ponto de vista de seu desenho, uma vez que estão ancorados em dinâmicas de planejamento público, envolvendo a formulação de propostas estruturantes para políticas nacionais.

Ao todo, foram realizadas 12 entrevistas entre abril e junho de 2025 e concentram-se em atores que ocuparam posições de destaque nesses 3 processos anteriormente citados. Optou-se por priorizar participantes cujas propostas figuraram entre as mais votadas em cada plataforma, considerando que esses atores, de alguma forma, foram “validados” pelas regras institucionais da participação. No caso do PPA Participativo, tratam-se de propostas que, ao alcançarem maior votação, passaram a compor o conjunto de contribuições analisadas pelo governo. No Plano Nacional de Cultura, as propostas mais votadas em cada eixo foram convidadas para uma etapa presencial de devolutiva com a equipe do Ministério da Cultura e com a Ministra. Para o Plano Clima, seguiu-se lógica semelhante de priorização de propostas com maior engajamento, sendo as 10 propostas mais votadas de cada tema que seguiram para análise, podendo ou não ser incorporadas ao Plano Clima.

O acesso aos entrevistados ocorreu por diferentes estratégias: contato direto via e-mail, especialmente nos casos em que houve participação em etapas presenciais (como no Plano Nacional de Cultura), e contato por meio de redes sociais, a partir da identificação dos proponentes nas plataformas digitais. Todos os participantes

foram informados sobre os objetivos da pesquisa e consentiram com sua participação.

No que diz respeito à análise dos dados, as entrevistas foram submetidas a um processo de codificação temática de caráter predominantemente indutivo. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória do material, seguida pelo agrupamento dos conteúdos em categorias analíticas alinhadas às questões centrais da pesquisa, especialmente inclusão, mobilização e impactos dos processos participativos. Considerando o volume relativamente reduzido de entrevistas, a sistematização foi realizada de forma manual, sem o uso de softwares específicos de análise qualitativa, o que permitiu um acompanhamento mais próximo das nuances dos discursos.

Ademais, a pesquisa realizou a análise documental de materiais oficiais relacionados aos processos participativos, incluindo normativos, relatórios institucionais, dados consolidados de participação e resultados finais das propostas submetidas. Essa análise permitiu contextualizar as entrevistas e compreender o desenho formal dos processos, seus objetivos declarados e seus mecanismos institucionais.

A pesquisa também se apoia em observação participante, uma vez que os pesquisadores estiveram diretamente envolvidos na construção e/ou implementação dos processos analisados, tanto no desenvolvimento da plataforma Brasil Participativo quanto em iniciativas relacionadas ao Plano Nacional de Cultura. Essa posição possibilitou acesso privilegiado a dinâmicas internas, estratégias institucionais, de campanha e interações entre atores, ao mesmo tempo em que exigiu um esforço contínuo de reflexividade sobre o papel dos pesquisadores no campo e seus possíveis efeitos sobre a produção e interpretação dos dados.

Por fim, o desenho da pesquisa, a seleção do caso e os roteiros de entrevistas foram diretamente orientados por uma revisão bibliográfica prévia. A articulação de quatro eixos teóricos principais: ativismo em sistemas híbridos (von Bülow, Gobbi & Dias, 2022; Chadwick, 2007, 2013; Waisbord, 2023), comunidades digitais e laços organizativos (Deslandes, 2018; Granovetter, 1983; Bruggeman, 2016; Gerbaudo, 2012), impactos do desenho sociotécnico (Hale et al., 2018; Schulz &

Newig, 2015) e *commoning* social (Krewer & Warso, 2024), forneceu os elementos qualitativos para a coleta de dados, permitindo situar os achados empíricos nos debates consolidados do campo.

Dessa forma, a estratégia metodológica se estrutura a partir de uma lógica de triangulação, combinando diferentes fontes e técnicas de pesquisa, entrevistas, análise documental e observação participante, bem como a articulação entre evidências empíricas e revisão bibliográfica. Essa combinação permite uma compreensão mais abrangente dos processos participativos digitais, considerados aqui como fenômenos complexos, atravessados por dimensões institucionais, sociais e políticas.

Resultados

A dimensão coletiva da participação digital

O primeiro resultado do processo de investigação conduzido pela pesquisa diz respeito à dimensão coletiva da participação digital nos casos observados.

As análises das entrevistas e dos dados da plataforma, nos casos do PPA Participativo, do Plano Nacional de Cultura e do Plano Clima evidenciam que a participação digital, embora formalmente estruturada como um ato individual, mediado por *login* pessoal e autoria identificável via identidade digital governamental, opera, na prática, segundo uma lógica predominantemente coletiva.

Nos três processos e com base nas entrevistas, foi possível identificar que os proponentes das propostas que mais mobilizaram apoios, concentraram votos e alcançaram maior visibilidade são aqueles com algum tipo de organização social prévia, seja ela territorial, temática ou relacional. As pessoas entrevistadas, cujas propostas foram as mais votadas nesses processos, tinham vínculos em coletivos, redes ou organizações e, portanto, conseguiam acionar repertórios de mobilização,

canais de comunicação e bases sociais já constituídas, ampliando significativamente o alcance de suas propostas.

Esse padrão sugere que a organização coletiva - seja prévia ou posterior - é condição fundamental para a ampliação do engajamento e da capacidade de incidência política. Em outras palavras, ainda que o acesso privilegie a ação individual, são as dinâmicas comunitárias que sustentam e potencializam a participação nesses processos, especialmente em virtude da regra do processo que premia aquelas mais votadas, conforme indicado na metodologia.

Embora a funcionalidade de proposição da plataforma seja disponível a indivíduos sem histórico organizativo, as entrevistas sugerem que propostas oriundas desses perfis tendem a ter menor capacidade de ativar apoios. Conforme evidenciado pelas análises, essa conclusão foi obtida porque a ação de propor com sucesso exige do usuário uma maior capacidade de formulação, articulação discursiva e a ativação de redes preexistentes para sustentar a mobilização. Em contraste, a etapa de votação demonstra maior potencial de alcançar indivíduos menos envolvidos em estruturas organizativas, pois a ação exige menor esforço cognitivo e se beneficia da rápida difusão proporcionada por laços sociais mais fracos e engajamentos pontuais.

Essa dinâmica corrobora os estudos que indicam que desenhos institucionais e sociotécnicos com menor fricção e caminhos de ação simplificados tendem a massificar a participação (Hale et al., 2018; Schulz & Newig, 2015, Panopoulou, Tambouris & Tarabanis, 2014; Wirtz et al., 2018). Nesse sentido, é possível incluir pessoas com menor capacidade organizativa, mas em funcionalidades distintas da plataforma e do processo participativo.

Essa análise aponta para uma assimetria sociotécnica e relacional relevante: enquanto a proposição, para aumentar seu alcance, exige capacidade de formulação, articulação discursiva e a ativação de "laços fortes" necessários para a coordenação de redes e sustentação das estratégias (Bruggeman, 2016; Aral & van Alstyne, 2011), a votação beneficia-se eminentemente da difusão ampla possibilitada pelos "laços fracos" e engajamentos pontuais (Granovetter, 1983). No entanto, mesmo nesse último caso, a ativação inicial da participação é conduzida por atores com

algum nível de organização prévia, os quais desempenham um papel de liderança fluida (*soft leadership*) fundamental para dar coesão e direcionamento às campanhas no ambiente digital (Gerbaudo, 2012).

O cenário retratado dialoga diretamente com a literatura internacional sobre e-Participation, que destaca que a escolha das ferramentas e funcionalidades condiciona a eficiência, a efetividade e os resultados dos processos participativos (Zissis et al., 2009; Ainsworth et al., 2005; Karlsson et al., 2012; Schulz & Newig, 2015). Plataformas que privilegiam mecanismos de adesão direta, como votações e apoios simbólicos, tendem a mobilizar públicos mais amplos, enquanto aquelas que demandam maior elaboração textual e envolvimento prolongado tendem a restringir a participação a grupos mais especializados.

Panopoulou, Tambouris e Tarabanis (2014) e Wirtz et al. (2018) demonstram que fatores como acessibilidade, clareza informacional e simplicidade da interação estão associados a efeitos positivos de inclusão e engajamento.

As entrevistas revelam ainda que as proposições se iniciam de forma individual, mas tendem rapidamente a se coletivizar. Proponentes entrevistados que ingressaram na plataforma como pessoas físicas relataram trajetórias de progressiva articulação, seja pela busca de reconhecimento, pela necessidade de ampliar legitimidade ou pela própria dinâmica de mobilização exigida pelo processo participativo. Como sintetiza uma entrevistada: “Aí foi juntando gente, a gente não tinha nome, aí a gente foi trabalhando em criar nome, fazer tudo isso, logo, aí agora a gente virou um grupo.” Esse movimento sugere que a distinção entre indivíduo e coletivo é menos um dado fixo e mais um processo relacional, ativado ao longo da participação.

Esse achado dialoga com a literatura sobre redes e ação coletiva ao evidenciar que a capacidade de mobilização está associada à combinação entre diferentes tipos de laços sociais. A força dos laços, entendida como intensidade relacional, confiança e reciprocidade, influencia diretamente a circulação de informações e a persistência do engajamento. Embora os laços fracos ampliem o alcance das mensagens, são os laços mais densos que sustentam processos contínuos de coordenação e mobilização (Bruggeman apud Abers e Von Bülow, 2025). As análises indicam que

propostas bem-sucedidas são aquelas capazes de articular esses dois níveis: ativam redes amplas, mas se sustentam em núcleos organizados, mesmo que a partir de diferentes formas de organização.

Nesse sentido, os resultados tensionam a hipótese, presente em parte da literatura sobre ativismo digital, de que a internet produziria um efeito predominantemente individualizante, fundamentado na lógica da "ação conectiva" (Bennett & Segerberg, 2012; 2013), enfraquecendo vínculos organizativos duradouros em prol de interações massivas sustentadas essencialmente por "laços fracos" (Granovetter, 1983). Embora as plataformas favoreçam formas de engajamento mais flexíveis e episódicas, os achados demonstram que a participação capaz de gerar efeitos políticos permanece ancorada na mobilização simultânea de redes sociais densas pouco formalizadas e "laços fortes" (Bruggeman, 2016; Aral & van Alstyne, 2011).

Outro elemento central do achado diz respeito ao papel das plataformas no ciclo deliberativo. As entrevistas indicam que os processos de debate, negociação e construção de consensos frequentemente ocorrem antes da submissão formal das propostas. Nesse sentido, a plataforma funciona menos como um espaço primário de deliberação e mais como um dispositivo de publicização e validação de deliberações previamente construídas em outros espaços digitais ou presenciais. Longe de representar uma limitação, esse funcionamento aponta para uma função estratégica das plataformas: a de catalisadoras de inclusão política e de aprendizagem coletiva.

Ao exigir objetividade, clareza argumentativa e capacidade de síntese, o desenho do processo participativo induz práticas de educação política e de qualificação do debate público, especialmente entre atores mais conectados aos territórios. Como relata uma entrevistada: "A gente sentiu essa necessidade de começar a fazer esse processo de educação mesmo política com as pessoas sobre esse tema. E acho que isso cresceu em todas as organizações da rede, essa vontade de dialogar mais." Esse aspecto reforça o papel das plataformas como mediadoras entre esferas locais de confiança e arenas públicas mais amplas, contribuindo para a ampliação da participação política em temas complexos.

Por fim, o achado evidencia que a participação digital observada também inclui formas organizativas que rejeitam hierarquias rígidas e modelos verticais de coordenação. A valorização da horizontalidade, amplamente presente nos relatos dos participantes, não implica ausência de organização, mas a construção de arranjos flexíveis, baseados em afinidades biográficas, afetivas e territoriais, como destacado pela literatura sobre coletivos no Brasil (Lima Neto, 2025). A ausência de vínculos institucionais duradouros com o Estado ou com organizações tradicionais não deve, portanto, ser interpretada como fragilidade organizativa, mas como expressão de formas contemporâneas de coordenação política, compatíveis com dinâmicas em rede e com repertórios de ação menos formalizados.

Esse achado dialoga com uma literatura mais ampla que demonstra que, mesmo em ambientes inteiramente digitais, conexões mais densas entre atores possibilitam processos relevantes de planejamento, articulação e organização coletiva. Ao analisar casos de protestos, Gerbaudo (2012) argumenta que o ativismo mediado por plataformas de mídias sociais favorece formas de proximidade política e de liderança “*soft*”, exercidas por atores que operam como organizadores centrais, ainda que frequentemente invisíveis. Esses atores desempenham papel decisivo na disseminação de interpretações, narrativas e enquadramentos que conferem coesão aos movimentos, sugerindo que mesmo práticas ativistas fortemente comunicacionais dependem de estruturas organizativas, ainda que fluídas, distribuídas e pouco formalizadas.

Além disso, a literatura aponta que as redes digitais não funcionam apenas como instrumentos de expressão ou amplificação de movimentos sociais preexistentes, mas também como espaços férteis para a emergência de novas articulações coletivas. Nesses ambientes, observam-se tanto o fortalecimento de movimentos já consolidados quanto a ampliação de interlocuções em redes que se articulam em torno de pautas sinérgicas, ao mesmo tempo em que emergem novos movimentos anteriormente silenciados ou invisibilizados.

Em síntese, a participação digital que mais mobiliza e incide politicamente é aquela estruturada a partir de dinâmicas coletivas, ainda que fluídas, informais ou temporárias. A participação digital revela-se, assim, relacional, situada e socialmente mediada. Os processos participativos no Brasil Participativo tendem a

atuar ativamente na reconfiguração social, ao induzir processos de organização, aprendizagem política e articulação coletiva que desafiam dicotomias simplificadoras entre espontaneidade e organização, ou entre ação online e ação política substantiva.

Inclusão de grupos historicamente excluídos nos processos participativos digitais

O segundo resultado analisado diz respeito à inclusão de grupos historicamente excluídos, especialmente populações negras, indígenas, mulheres e comunidades periféricas urbanas, nos processos participativos. Apesar das barreiras de conectividade e acesso, o processo de inclusão pode ocorrer de diferentes maneiras.

Com base nas propostas submetidas e das entrevistas realizadas, é possível identificar três formas principais pelas quais a inclusão se materializa no processo participativo. A primeira refere-se às propostas apresentadas diretamente por coletivos e movimentos formados por sujeitos historicamente excluídos ou que reivindicam legitimidade a partir de uma representação. Nessas iniciativas, a plataforma é apropriada como um espaço de visibilidade pública e de disputa simbólica, permitindo que demandas tradicionalmente excluídas sejam inscritas em processos institucionais.

A segunda forma diz respeito às propostas formuladas por grupos intermediários, que atuam como pontes entre a plataforma digital e comunidades com menor acesso a recursos institucionais, tecnológicos ou informacionais. Esses grupos não necessariamente representam formalmente os públicos excluídos, mas constroem sua legitimidade a partir da atuação no território, do vínculo cotidiano com essas populações e da capacidade de traduzir demandas locais para a linguagem exigida pelos processos participativos digitais. Trata-se, em geral, de organizações menores, menos formalizadas e com maior flexibilidade organizativa, o que parece

favorecer uma atuação mais ágil e adaptativa em comparação a grandes organizações estruturadas.

A terceira forma de inclusão identificada refere-se a propostas cujo conteúdo e propósito são explicitamente inclusivos, voltados à ampliação de direitos e ao benefício da sociedade como um todo, ainda que não sejam formuladas diretamente por sujeitos pertencentes a grupos historicamente excluídos. Nesses casos, a inclusão se dá mais no plano programático e normativo do que na composição social dos proponentes, o que levanta questões importantes sobre os limites entre inclusão substantiva e inclusão procedimental.

É nesse contexto que a pesquisa destaca o papel complementar dos grupos intermediários, para além da inclusão direta e redução de barreiras substanciais de acesso. As entrevistas sugerem que esses atores são importantes ao mitigar barreiras estruturais à participação digital, como desigualdades de acesso à informação e desconfiança em relação às arenas federais de decisão. Ao operar simultaneamente no território e no ambiente digital, esses grupos desempenham uma função de intermediação que não aparenta ser plenamente substituível pela tecnologia.

Nesse sentido, há uma interdependência entre a atuação de comunidades e a inclusão, na medida em que este último processo tende a ser intermediado, e não somente individual, a partir de dinâmicas relacionais. Assim, a inclusão pode estar ancorada em comunidades e redes que sustentam, traduzem e viabilizam a participação. Desse modo, a atuação de coletivos e organizações intermediárias amplia o acesso e também as condições de permanência e incidência dos participantes, indicando a conexão entre a formação de comunidades e a inclusão política nos processos analisados.

Para além da intermediação externa, aspectos internos de desenho do processo e das funcionalidades da plataforma são fundamentais para a inclusão ou restrição da participação - assim como os pontos trazidos no resultado anterior. A pesquisa também evidencia limites importantes do desenho da plataforma no aprofundamento dessa inclusão. Os achados mostram que escolhas de design aparentemente incrementais produzem efeitos substantivos sobre a escala, o perfil sociopolítico e os modos de engajamento nos processos participativos digitais. No

caso do PPA Participativo, o desenho da plataforma foi deliberadamente orientado à redução de barreiras de entrada e à adesão em larga escala, por meio de uma jornada simplificada, predominantemente móvel, centrada no apoio direto a propostas e com baixa exigência cognitiva. Esse arranjo favoreceu formas rápidas e intuitivas de participação, orientadas à manifestação de apoio a causas específicas.

Os resultados empíricos deste desenho foram expressivos, com a mobilização de cerca de 1,5 milhão de participantes e a formação de comunidades amplas em torno de determinadas pautas, algumas reunindo dezenas de milhares de apoiadores. A elevada relação entre número de votos e participantes indica que a principal forma de engajamento foi a adesão direta, e não a produção discursiva extensiva.

Em contraste, processos como o Plano Clima e, de modo semelhante, o Plano Nacional de Cultura, embora operados sobre a mesma infraestrutura tecnológica, adotaram desenhos mais orientados à formulação de propostas e à participação textual, resultando em comunidades menores, mais especializadas e com menor amplitude social. Esses processos tendem a demandar maior disponibilidade de tempo, letramento político-institucional e familiaridade com arenas participativas formais, o que pode restringir seu alcance inclusivo.

A comparação entre esses arranjos sugere que jornadas que permitem o acesso direto à proposta de interesse e a manifestação de apoio com poucos cliques tendem a incluir públicos mais diversos, inclusive pessoas com menor tempo disponível ou menor experiência prévia em processos participativos. Esse achado converge com a literatura que aponta que desenhos com menor fricção e caminhos claros de ação favorecem engajamentos mais amplos e espontâneos (Hale et al., 2018; Schulz & Newig, 2015).

Ao mesmo tempo, estudos indicam que diferentes ferramentas refletem concepções normativas distintas de democracia: mecanismos unidirecionais, como votações e apoios diretos, são eficazes para massificar a participação, enquanto ferramentas deliberativas baseadas em texto tendem a aprofundar o debate entre públicos menores (Sandoval-Almazan & Gil-Garcia, 2012; Porwol et al., 2016; Karlsson et al., 2012). Assim, decisões de design não são neutras, mas moldam quem participa, como participa e com que intensidade.

No fluxo da participação, embora pequenos grupos consigam criar propostas, realizar campanhas e mobilizar centenas ou milhares de apoiadores, o processo tende a se encerrar na etapa de votação. A plataforma não oferece mecanismos que favoreçam a continuidade da participação, como canais de interação entre proponentes e apoiadores, recomendação de propostas relacionadas ou estímulos à formação de comunidades mais duradouras. Assim, muitos apoiadores permanecem como participantes episódicos, sem que o engajamento inicial se converta em pertencimento coletivo ou participação mais ativa.

A ausência de funcionalidades voltadas à articulação pós-voto limita a capacidade de transformar apoio em engajamento continuado, o que restringe o potencial inclusivo da plataforma no médio e longo prazo. A inclusão, aqui, poderia ser compreendida como a possibilidade de que esse apoio gere novas interações, convites e trajetórias de participação política.

Em síntese, a pesquisa indica que a inclusão de grupos historicamente excluídos nos processos participativos digitais do Brasil Participativo tem relação com a atuação de atores coletivos capazes de mediar, traduzir e sustentar a participação ao longo do tempo, além do desenho de processos permanentes de diálogo. A arena digital, isoladamente, não elimina desigualdades estruturais, mas pode ampliá-las ou mitigá-las a depender de como se articula com redes sociais, práticas organizativas e estratégias de empoderamento político. O desafio central, portanto, permanece em como desenhar processos participativos que favoreçam trajetórias contínuas de engajamento e pertencimento democrático.

Impactos dos processos participativos e as comunidades digitais

O último resultado analisado diz respeito aos impactos dos processos participativos. Os resultados da pesquisa indicam que os processos participativos digitais analisados produziram impactos que extrapolam os efeitos imediatos sobre a formulação de políticas públicas ou a priorização de propostas específicas. Ainda que os resultados institucionais, como a incorporação de demandas em planos e

programas sejam relevantes, o principal impacto identificado nas entrevistas reside na ativação de dinâmicas coletivas, no reconhecimento público de pautas e lideranças e no fortalecimento das capacidades organizativas dos grupos envolvidos. Esses efeitos contribuem para o fortalecimento de comunidades digitais que se estruturam em torno de causas, identidades e agendas comuns, ainda que de forma desigual e nem sempre duradoura.

Um primeiro impacto observado diz respeito ao reconhecimento simbólico e político de lideranças, movimentos e pautas. A participação nos processos institucionais do Brasil Participativo operou como um mecanismo de visibilidade pública, capaz de projetar demandas historicamente marginalizadas para o centro da agenda governamental. Como relata um dos entrevistados, a própria existência do processo foi condição para a abertura de canais institucionais de diálogo:

“Porque o sentimento geral da nossa categoria é que se não tivesse existido o fato do Brasil Participativo para colocar esse holofote sobre a realidade da nossa categoria, nós sequer teríamos tido a possibilidade de ter uma mesa de negociação aberta, que foi o que aconteceu.”

Nesse sentido, o impacto do processo está expresso sobretudo na capacidade de legitimar publicamente uma pauta, tornando-a reconhecível e negociável no interior do Estado, até com maior ênfase do que a capacidade de interferir no ciclo das políticas públicas. O processo participativo atua, assim, como um dispositivo de validação simbólica, que transforma reivindicações difusas em demandas políticas institucionais.

Um segundo impacto central refere-se à visibilidade de temas na agenda pública e à ampliação da consciência coletiva sobre o poder da mobilização social. Diversos entrevistados enfatizam que o principal ganho do processo não foi a expectativa imediata de priorização no planejamento governamental, mas a demonstração concreta de que a ação coletiva organizada é capaz de produzir efeitos políticos. Como sintetiza um entrevistado:

“A principal importância [...] foi demonstrar para a nossa categoria o poder da mobilização. [...] Dois cliques no Brasil Participativo era somente a ferramenta. O que fez aqueles números que se transcreveram lá foi simplesmente o poder de mobilização da sociedade.”

Esse relato revela um deslocamento importante: a plataforma é percebida menos como protagonista do processo e mais como infraestrutura habilitadora de uma mobilização que se constrói fora dela, mas que ganha escala, visibilidade e legitimidade ao se inscrever no espaço institucional digital. Nesse movimento, a participação digital contribui para o fortalecimento de comunidades políticas momentâneas, estruturadas em torno da experiência compartilhada da mobilização.

Um terceiro impacto identificado é o fortalecimento e, em alguns casos, a criação de capacidades organizativas. As entrevistas mostram que muitos participantes vivenciaram, pela primeira vez, processos estruturados de mobilização digital, aprendendo a articular campanhas, engajar redes sociais e transformar apoio difuso em ação coletiva coordenada. Esse aprendizado aparece como um efeito duradouro do processo participativo:

“Eu não tinha feito uma mobilização nesse nível, eu nunca tinha feito. [...] Eu aprendi... desenvolvi melhor essa capacidade de mobilização nas redes. Entendi melhor como é que a gente tem que fazer isso e como criar engajamento nas pessoas.”

Esse tipo de aprendizado aponta para a constituição de competências que permanecem para além do processo específico, fortalecendo a autonomia organizativa dos grupos e ampliando sua capacidade de incidência futura. Em alguns casos, a experiência participativa é narrada como um ponto de inflexão subjetivo e político, reforçando a confiança coletiva e o senso de eficácia da ação organizada:

“Quando a gente se mobiliza de verdade e trabalha em torno de uma causa coletiva, olha como a gente é potente e capaz. [...] Acho que ajudou a ter gás de continuidade, de batalha em torno do tema.”

Esses impactos permitem compreender os processos participativos digitais como espaços de socialização política, nos quais se formam comunidades digitais ancoradas em interações online e em experiências compartilhadas de mobilização, aprendizagem e reconhecimento mútuo. No entanto, a pesquisa também evidencia limites importantes. Embora as campanhas consigam ativar milhares de apoiadores, a plataforma oferece poucos mecanismos para sustentar essas comunidades ao longo do tempo, dificultando a conversão do engajamento pontual em participação contínua.

Assim, o achado central é que os processos participativos digitais produzem impactos significativos no plano simbólico, organizativo e subjetivo, contribuindo para o fortalecimento da ação coletiva. O desafio posto é como desenhar processos e plataformas que, ao mesmo tempo, possam ativar mobilizações episódicas, mas apoiem a consolidação de comunidades políticas capazes de sustentar a participação democrática no longo prazo.

Discussão

Os resultados apresentados neste artigo permitem apontar que processos participativos digitais podem ter potencial significativo para fomentar e fortalecer dinâmicas comunitárias no ambiente digital, ainda que esse efeito não seja automático. A experiência dos processos analisados no Brasil Participativo evidencia que a participação digital pode ser estimulada a se organizar a partir de redes sociais, vínculos comunitários e capacidades coletivas de mobilização, que são ativadas, reforçadas ou reconfiguradas ao longo desses processos.

Ao reunir os achados anteriores, o artigo demonstra que campanhas digitais bem-sucedidas articulam simultaneamente vínculos fortes e vínculos fracos, combinando densidade organizativa e alcance ampliado. Comunidades, coletivos e redes com laços fortes sustentam a coordenação, a confiança e a persistência da mobilização, enquanto os vínculos fracos possibilitam a circulação das propostas para além dos círculos militantes imediatos, ampliando sua visibilidade e capacidade de adesão. Essa combinação pode dar origem a formas organizativas que não existiam previamente, estruturadas em torno de causas específicas e temporalmente situadas.

Nesse sentido, o artigo contribui para o debate mais amplo sobre as capacidades dos processos participativos de promover organização e mobilização coletivas no ambiente digital. Diferentemente de abordagens que tratam as plataformas como canais de comunicação, os achados indicam que essas infraestruturas operam também como arenas de produção, agregação e publicização de dados, que se tornam matéria-prima para a luta política. O volume de apoios, a posição relativa

das propostas e sua visibilidade pública funcionam como recursos simbólicos e estratégicos, mobilizados pelos atores para legitimar pautas, reconhecer lideranças e abrir canais de negociação institucional.

Os resultados também reforçam a ideia de que a oposição entre indivíduo e coletivo constitui um falso dilema analítico nos processos participativos digitais. Ainda que a participação seja formalmente individual, via *login*, autoria identificável e voto unitário, ela se insere em ecossistemas relacionais mais amplos. A capacidade de mobilização, mesmo quando fluida ou temporária, emerge como elemento constitutivo da participação efetiva. As plataformas, ao exigirem formulação de propostas e ativação de campanhas, acabam por induzir processos de articulação e organização coletiva, aproximando-se das formas híbridas de ação descritas pela literatura sobre ativismo digital contemporâneo.

Outro ponto central da discussão diz respeito ao papel das plataformas entre deliberação e registro público. Os achados indicam que, no Brasil Participativo, grande parte dos processos deliberativos ocorre fora da plataforma, em espaços comunitários, territoriais ou digitais prévios. A plataforma atua, sobretudo, como um espaço de agregação, validação e visibilização pública dessas deliberações. Essa função revela como a qualidade da participação digital depende de sua articulação com ecossistemas participativos mais amplos, que combinam práticas presenciais, redes digitais e processos institucionais.

A discussão sobre inclusão política reforça essa interpretação. O desenho da jornada participativa, especialmente no caso do PPA Participativo, mostrou-se decisivo para ampliar o acesso e a escala da participação, reduzindo barreiras cognitivas e operacionais. Contudo, os resultados também evidenciam os limites de uma inclusão baseada predominantemente no acesso pontual. A ausência de mecanismos voltados à continuidade do engajamento, à interação entre apoiadores e à construção de pertencimento coletivo restringe a capacidade da plataforma de sustentar comunidades políticas no longo prazo.

À luz do debate sobre comuns digitais enquanto provedores de infraestruturas públicas, o Brasil Participativo pode ser compreendido como um arranjo institucional híbrido. Embora a plataforma seja inspirada em princípios

tecnológicos de abertura e colaboração, sua governança permanece fortemente concentrada no Estado. Como aponta a literatura, a interação entre a lógica hierárquica da administração pública e a horizontalidade almejada pelas dinâmicas comunitárias produz tensões, o que restringe práticas plenas de *commoning* e de autogestão no nível da governança da infraestrutura.

Ainda assim, os processos participativos analisados produziram efeitos potenciais relevantes de *commoning* social, a partir do que a literatura denomina de "ambiente público diferenciado" (differentiated publicness), ao expandir o envolvimento público para muito além da propriedade estatal (Sohn, Kousoulas & Bruyns apud Krewer & Warso, 2024). E, ao participarem ativamente, em conjunto com outros participantes e organizarem-se em comunidades digitais com foco no processo participativo em si, constitui-se a possibilidade de que os membros de tais comunidades colaborem entre si com vistas ao aperfeiçoamento, melhorias e desenvolvimento da própria plataforma de participação. Esse processo fortalece a articulação de "laços fortes" necessários à coordenação de estratégias (Bruggeman, 2016; Aral & van Alstyne, 2011) e o adensamento relacional de comunidades políticas na sociedade civil (Deslandes, 2018).

Em tal colaboração, os atores experimentam uma aprendizagem coletiva que neutraliza a dependência exclusiva de conhecimentos burocráticos e constrói capacidades organizativas de longo prazo (Mazzucato apud Krewer & Warso, 2024). Trata-se, portanto, de um *commoning* híbrido, que se manifesta substantivamente nas práticas coletivas e nos efeitos sociais gerados pela mobilização democrática, em vez de se concretizar na governança descentralizada e compartilhada da própria plataforma.

Em síntese, este artigo argumenta que os processos participativos digitais, quando combinados a estratégias de comunicação, mobilização e organização coletiva, podem funcionar como dispositivos potentes de fortalecimento democrático, capazes de ativar comunidades digitais, ampliar a visibilidade de pautas e fomentar capacidades coletivas de ação. O desafio que se coloca para o desenho futuro desses processos é avançar da massificação do acesso para a construção de trajetórias

participativas mais duradouras, capazes de sustentar comunidades políticas ativas e inclusivas para além de ciclos episódicos de consulta.

Ao contribuir para o debate sobre ativismo digital, *e-participation* e comuns digitais, este artigo sugere que processos participativos institucionais podem funcionar como catalisadores de comunidades políticas digitais, mesmo quando não foram originalmente desenhados para esse fim. Esse potencial, contudo, depende fortemente do desenho sociotécnico dos processos, da articulação com dinâmicas comunitárias existentes e das condições políticas e institucionais que moldam a governança da participação.

Conclusão

Este artigo investigou como processos participativos institucionais mediados por plataformas digitais podem contribuir para a mobilização coletiva, a formação de comunidades digitais e o fortalecimento de capacidades organizativas, e a inclusão de grupos historicamente excluídos. A partir da análise do Brasil Participativo, uma das experiências mais amplas e recentes de participação digital institucional no cenário internacional, o estudo buscou compreender os efeitos políticos, organizativos e culturais dessas infraestruturas para além de sua função procedimental como instrumentos de consulta pública.

Os resultados da pesquisa permitem sustentar que a participação digital observada no Brasil Participativo é predominantemente relacional e coletiva, ainda que formalmente estruturada como um conjunto de ações individuais mediadas por login, autoria identificável e voto unitário. As propostas que alcançaram maior engajamento e visibilidade foram aquelas ancoradas em algum grau de organização social prévia, seja territorial, temática ou relacional. Esse achado evidencia que a capacidade de mobilização não emerge automaticamente do acesso à plataforma, mas depende da ativação de redes, vínculos sociais e repertórios compartilhados, relativizando leituras que associam a participação digital a dinâmicas essencialmente individualizadas.

Mesmo quando os proponentes se apresentam como indivíduos isolados, sua atuação está quase sempre inserida em contextos comunitários mais amplos, mobilizando redes de apoio, estratégias coletivas de campanha e formas compartilhadas de legitimação. A própria dinâmica dos processos participativos, ao exigir formulação de propostas, mobilização de apoios e articulação discursiva, tende a induzir processos de coletivização, ainda que temporários ou pouco institucionalizados. Nesse sentido, a participação digital analisada neste estudo opera como um processo relacional, no qual indivíduos e coletivos se constituem mutuamente ao longo da experiência participativa.

A partir desses achados, o artigo argumenta que os processos participativos institucionais podem produzir efeitos sociopolíticos relevantes na forma de comunidades digitais. Entendidas de maneira relacional e processual, essas comunidades não se definem por pertencimento estável ou institucionalização duradoura, mas pela capacidade de articular ações coletivas, produzir sentidos compartilhados e sustentar engajamentos políticos em torno de causas públicas específicas. No caso do Brasil Participativo, os impactos observados incluem o reconhecimento simbólico de pautas e lideranças, o fortalecimento de capacidades organizativas, a aprendizagem de práticas de mobilização digital e o reforço do senso de eficácia coletiva. Ainda que nem sempre duradouras, essas comunidades políticas emergentes desempenham papel central na ampliação da incidência e da visibilidade de demandas historicamente marginalizadas.

No que diz respeito à inclusão política, os resultados indicam avanços importantes na ampliação do acesso e da visibilidade institucional, especialmente em processos de grande escala como o PPA Participativo. Contudo, a pesquisa evidencia que a inclusão não se distribui de forma homogênea nem automática. A participação de grupos historicamente excluídos depende, em grande medida, da atuação de coletivos territoriais e de grupos intermediários que operam como mediadores entre esses públicos e a arena institucional digital. Ao mesmo tempo, os limites do desenho atual da plataforma tornam evidente a diferença entre inclusão como acesso pontual e inclusão como trajetória participativa contínua. A ausência de mecanismos voltados à interação pós-voto, à articulação entre apoiadores e à

sustentação de comunidades no médio e longo prazo restringe o potencial inclusivo dos processos analisados.

Esses achados permitem extrair implicações analítico-práticas relevantes para o desenho de processos participativos digitais. Em primeiro lugar, indicam a necessidade de conceber plataformas para além do momento da consulta ou da votação, incorporando funcionalidades e estratégias que favoreçam a continuidade do engajamento e o fortalecimento de vínculos comunitários. Em segundo lugar, apontam para o papel do Estado não apenas como provedor tecnológico ou organizador procedimental da participação, mas como ator capaz de criar condições institucionais que apoiem a organização coletiva e a incidência política sustentada. Nesse sentido, o Brasil Participativo pode ser compreendido como um arranjo institucional híbrido: limitado enquanto comum digital no plano da governança da infraestrutura, mas potente como catalisador de processos de *commoning* social no plano das práticas coletivas e dos efeitos organizativos produzidos na sociedade civil.

Por fim, é importante reconhecer os limites desta pesquisa. O número de entrevistas realizadas, o foco analítico em proponentes e mobilizadores, o recorte temporal dos processos estudados e a ausência de acompanhamento longitudinal das comunidades formadas delimitam o alcance das conclusões aqui apresentadas. Ainda assim, a triangulação metodológica adotada e a convergência entre dados qualitativos e evidências empíricas permitem sustentar minimamente os argumentos desenvolvidos.

Em síntese, este artigo sustenta que os processos participativos digitais institucionais, quando articulados a dinâmicas comunitárias e estratégias coletivas de mobilização, podem funcionar como dispositivos relevantes de fortalecimento democrático. Ao ativar comunidades digitais, ampliar a visibilidade de pautas e fomentar capacidades organizativas, essas experiências revelam potencial para reconfigurar relações entre Estado, sociedade e ação coletiva.

Referências bibliográficas

- ABERS, R. N., & VON BÜLOW, M. (2025). Ativismo digital para além da comunicação: Antinegacionistas na CPI da Covid. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (124), e124043ra. <https://doi.org/10.1590/0102-001043ra>
- AINSWORTH, S., HARDY, C., & HARLEY, B. (2005). Online consultation: E-democracy and e-resistance in the case of the Development Gateway. *Management Communication Quarterly*, 19(1), 120–145. <https://doi.org/10.1177/0893318905276562>
- ARAL, S., & VAN ALSTYNE, M. (2011). The diversity-bandwidth trade-off. *American Journal of Sociology*, 117(1), 90–171. <https://doi.org/10.1086/661238>
- BENNETT, W. L., & LIVINGSTON, S. (2025). Platforms, politics, and the crisis of democracy: Connective action and the rise of illiberalism. *Perspectives on Politics*, 23(4), 1362–1381. <https://doi.org/10.1017/S1537592724002123>
- BENNETT, W. L., & SEGERBERG, A. (2012). The logic of connective action. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- BENNETT, W. L., & SEGERBERG, A. (2013). *The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge University Press.
- BEZERRA, C. de P., ALMEIDA, D. R. de, LAVALLE, A. G., & DOWBOR, M. (2024). Entre a desinstitucionalização e a resiliência: Participação institucional no governo Bolsonaro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 67(4), e20220118. <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.4.339>
- BEZERRA, C. de P., & FONSECA, I. F. da. (2024). Brasil Participativo: Conectando o presencial e o digital para promover a participação no PPA 2024–2027. In L. Lemos, D. Menezes, & L. Servo (Orgs.), *A reconstrução do planejamento nacional: Inovações e desafios do PPA 2024–2027* (pp. 289–317). Ministério do Planejamento e Orçamento; Secretaria Nacional de Planejamento. <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/arquivos/240405-a-reconstrucao-do-planejamento-nacional-inovacoes-e-desafios-do-ppa-2024-2027-digital.pdf>

- BRUGGEMAN, J. (2016). The strength of varying tie strength: Comment on Aral and Van Alstyne. *American Journal of Sociology*, 121(6), 1919–1930. <https://doi.org/10.1086/686267>
- CHADWICK, A. (2007). Digital network repertoires and organizational hybridity. *Political Communication*, 24(3), 283–301.
- CHADWICK, A. (2013). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- COELHO, T. R., CUNHA, M. A., & POZZEBON, M. (2022). eParticipation practices and mechanisms of influence: An investigation of public policymaking. *Government Information Quarterly*, 39(2), Article 101667. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101667>
- DESLANDES, S. F. (2018). O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(10), 3133–3136. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.21122018>
- GERBAUDO, P. (2012). *Tweets and the streets: Social media and contemporary activism*. Pluto Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt183pdzs>
- GRANOVETTER, M. (1983). The strength of weak ties: A network theory revisited. *Sociological Theory*, 1, 201–233. <https://doi.org/10.2307/202051>
- HALE, S. A., JOHN, P., MARGETTS, H., & YASSERI, T. (2018). How digital design shapes political participation: A natural experiment with social information. *PLOS ONE*, 13(4), e0196068. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0196068>
- JARDIM, L. (2024). *O PPA Federal 2024–2027: Análise da Plataforma Brasil Participativo [Policy paper]*. Escola Nacional de Administração Pública. <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8087>
- KARLSSON, M., ÅSTRÖM, J., LINDE, J., & PIRANNEJAD, A. (2012). Understanding the rise of e-participation in non-democracies: Domestic and international factors. *Government Information Quarterly*, 29(2), 142–150. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2011.09.008>
- KREWER, J., & WARSO, Z. (2024). *Digital commons as providers of public digital infrastructures*. Open Future Foundation. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14229950>
- LIMA NETO, F. (2025). Espaço público digital e ativismo dos coletivos: (Re)definindo fronteiras entre público e privado. *Civitas: Revista de*

Ciências Sociais, 25(1), e46314. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46314>

- PANOPOULOU, E., TAMBOURIS, E., & TARABANIS, K. (2014). Success factors in designing eParticipation initiatives. *Information and Organization*, 24(4), 195–213. <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2014.08.001>
- PORWOL, L., OJO, A., & BRESLIN, J. G. (2016). An ontology for next generation e-participation initiatives. *Government Information Quarterly*, 33(3), 583–594. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2016.01.007>
- SANDOVAL-ALMAZÁN, R., & GIL-GARCIA, J. R. (2012). Are government internet portals evolving towards more interaction, participation, and collaboration? Revisiting the rhetoric of e-government among municipalities. *Government Information Quarterly*, 29(Suppl. 1), S72–S81. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2011.09.004>
- SCHULZ, D., & NEWIG, J. (2015). Assessing online consultation in participatory governance: Conceptual framework and empirical case study. *Environmental Policy and Governance*, 25(1), 55–69. <https://doi.org/10.1002/eet.1655>
- SILVA ROCHA AGUIAR, C., ALVES, I., GOMES, L., PINOS, B., BELLIX, L., & PARRA, H. (2024). Colaboração multissetorial para desenvolvimento e manutenção de soluções tecnológicas de participação: O caso do Brasil Participativo. *Revista do Serviço Público*, 75(Especial A), 89–107. <https://doi.org/10.21874/rsp.v75ia.10305>
- THEOCHARIS, Y., BOULIANNE, S., KOC-MICHALSKA, K., & BIMBER, B. (2023). Platform affordances and political participation: How social media reshape political engagement. *West European Politics*, 46(4), 788–811. <https://doi.org/10.1080/01402382.2022.2087410>
- VON BÜLOW, M., GOBBI, D., & DIAS, T. (2022). O conceito de ativismo digital: Uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. In L. Tatagiba, D. R. de Almeida, A. G. Lavalle, & M. K. Silva (Orgs.), *Participação e ativismos: Entre retrocessos e resistências* (pp. 307–326). Zouk.
- WAISBORD, S. (2023). Hybrid collective action. In M. Pal, J. Cruz, & D. Munshi (Eds.), *Organizing at the margins: Theorizing organizations of struggle in the Global South* (pp. 53–62). Palgrave Macmillan.

WIRTZ, B. W., DAISER, P., & BINKOWSKA, B. (2018). E-participation: A strategic framework. *International Journal of Public Administration*, 41(1), 1–12. <https://doi.org/10.1080/01900692.2016.1242620>

ZISSIS, D., LEKKAS, D., & PAPADOPOULOU, A. (2009). Towards a conceptual framework for e-participation. *International Journal of Electronic Government Research*, 5(2), 1–15. <https://doi.org/10.4018/jegr.2009040101>

Notas

[1] <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/>

Notas gerais

Esta pesquisa foi parte do projeto *Comuns digitais sustentáveis pela justiça social: a experiência do Decidim no Brasil* realizada pelo Instituto Cidade Democrática, e o grupo Resocie do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília e contou com o financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Nota del editor

Los editores responsables por la publicación de este trabajo son Gabriel Kaplún y José Candón.

Nota de disponibilidade de dados

O conjunto de dados que apoia os resultados deste estudo não se encontra disponível ainda, mas será disponibilizado em página específica do projeto Comuns Digitais no site do Resocie-UnB.

Conflito de interesses

Os autores declaram que chegaram a compor a equipe de desenvolvimento da plataforma Brasil Participativo em algum momento. Adicionalmente, o autor Ricardo Augusto Poppi Martins informa que ainda faz parte da equipe de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) que atua no desenvolvimento contínuo da plataforma.